

Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 17 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes determinados pela Administração da Companhia para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; e (c) recálculo das receitas baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração da Companhia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas ao ano 2021.

1. Considerações iniciais

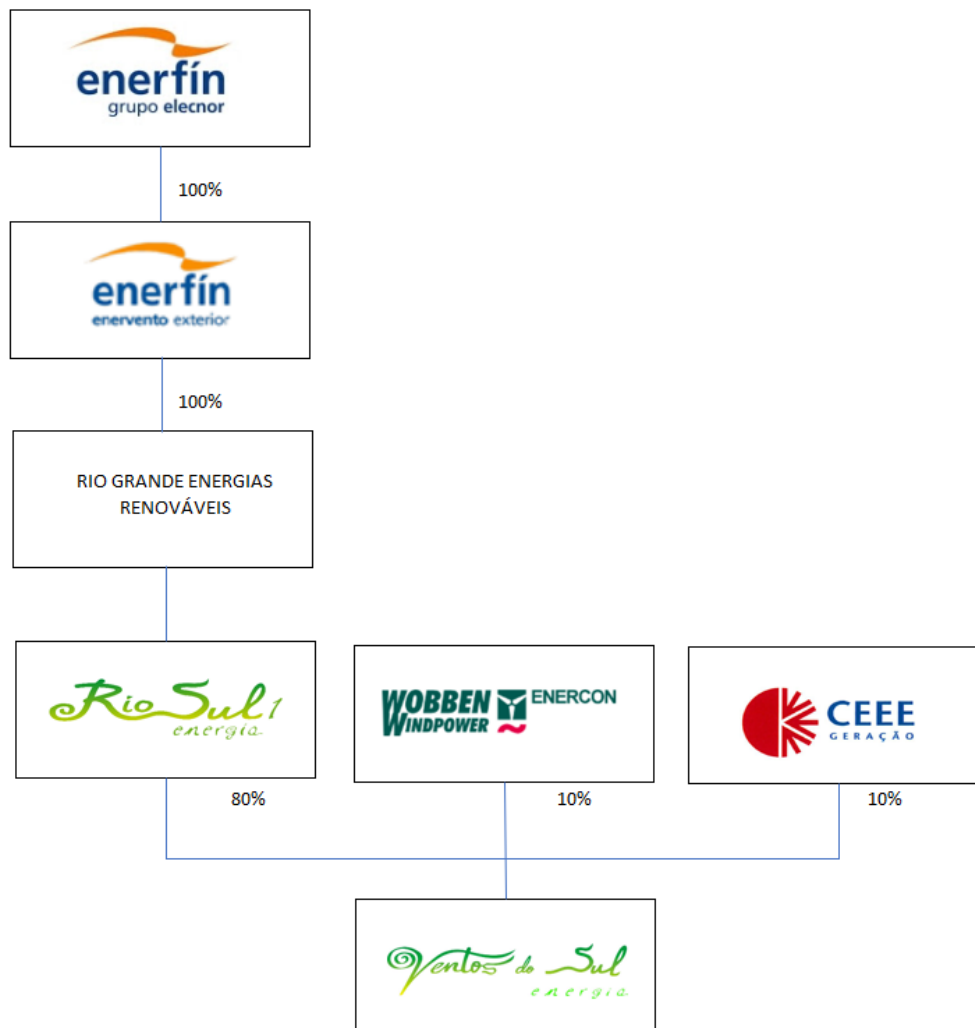
A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações) e pela CEEE-G (Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica) que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de usinas eólicas, solares e na prestação de serviços ao transporte e distribuição de gás natural.

Composição Acionária



A energia elétrica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R\$ 670 milhões.

Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados com experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição às contingências.

A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Energia Eólica

Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes.

A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração evita a emissão de gases de efeito estufa e reduz o impacto sobre o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas.

Em vista disso, a energia eólica é uma das fontes alternativas de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e importância estratégica, pois a época de maior incidência dos ventos coincide com o período de seca na região contribuindo para a preservação dos mananciais hídricos e conservação dos reservatórios das hidrelétricas.

3. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

De acordo com o boletim Infovento 29, do mês de janeiro de 2023 divulgado pela ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica, em dezembro de 2022 a energia eólica passou a marca de 24 GW de capacidade instalada. São 869 parques eólicos instalados no Brasil que totalizaram mais de 9.772 aerogeradores. Há cerca de 1,5 GW em operação de testes que entraram em operação no início de fevereiro de 2023, com isso totalizando o total de energia eólica instalada para 24 GW. Conforme previsão da ABEEólica, até 2026 o País terá pelo menos 40,4 GW de capacidade instalada, conforme os contratos já assinados.

Desde 2018, a energia eólica é a segunda fonte de geração em termos de relevância no abastecimento de energia elétrica no Brasil e atualmente ela representa 12,5% da matriz energética brasileira.

Conforme dados Internacionais do Conselho Global de Energia (GWEC), o Brasil está em 6º lugar no Ranking Mundial de capacidade instalada de energia eólica, o que representa um aumento de 9 posições quando comparando com 2012, ano em que ocupávamos a 15º.

A Energia Eólica gera uma grande contribuição para o Brasil. No período de 2011 a 2020 o total de investimentos chegou a cerca de US\$ 35,8 Bilhões no setor e uma redução de 34,4 milhões de toneladas de CO² evitados na atmosfera em 2021 o que equivale a cerca de 34 milhões de automóveis, além disso a cada MW instalado é gerado cerca de 15 postos de trabalho.

4. Desempenho econômico-financeiro

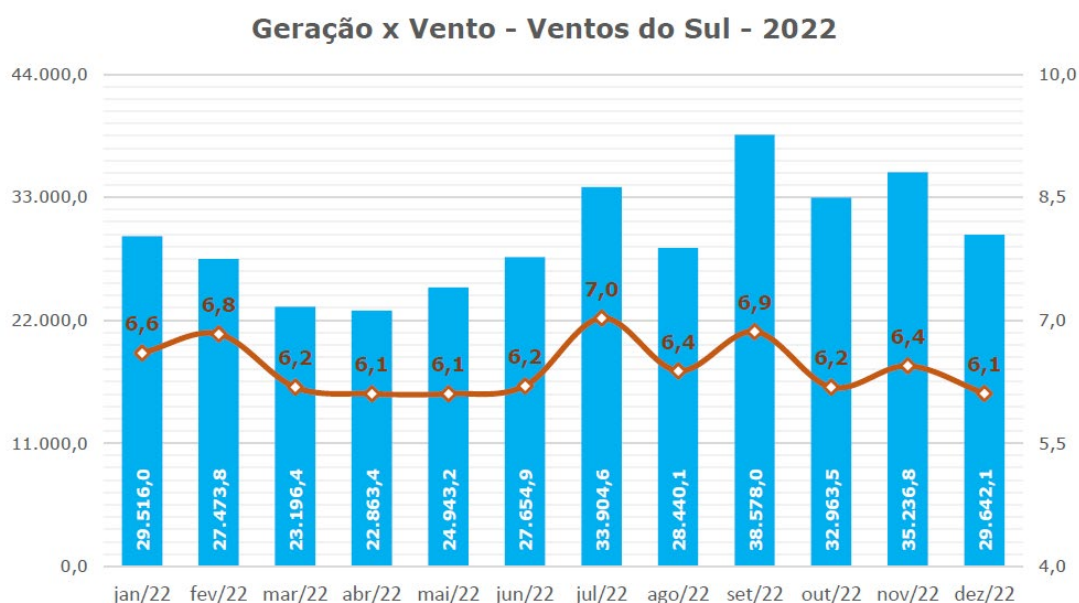
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta no ano de 2022 foi de R\$ 255 milhões, representando a um aumento de 10% (R\$ 23 milhões) quando comparado com o exercício anterior, cuja receita foi de R\$ 232 milhões. As deduções sobre a receita operacional aumentaram na mesma proporção em R\$ 23,6 milhões, representando um aumento de 9% (R\$ 1,9 milhões) quando comparado com o exercício anterior. Em termos de resultado, as movimentações anteriores resultaram em uma receita operacional líquida de R\$ 230,9 milhões, representando um aumento de 10% quando comparado ao período anterior.

Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada ao recurso eólico, que apresenta ciclos variáveis de maior ou menor intensidade ao longo do tempo. O gráfico a seguir registra a energia mensal produzida no exercício 2022 que resultou em uma geração anual superior a 355 MWh e em 2021 a geração foi de 381 MWh. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas.

Observa-se que a velocidade média anual de ventos é superior a 6 m/s:



Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A Companhia apresentou, nos últimos dois exercícios sociais, as seguintes medições não contábeis:

Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro Líquido	85.520	77.058
Depreciação e amortização	20.410	20.299
Resultado Financeiro	17.847	19.081
IRPJ/CSLL	43.996	39.678
EBITDA	167.773	156.116
Receita Líquida	230.960	210.322
Margem EBITDA	72.6%	74,2%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) representa a sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) e consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Apesar de ser uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo IFRS, e além de estar divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

Ao analisarmos o resultado do exercício, podemos verificar que a margem de EBITDA do ano corrente foi de 72,6%, teve uma leve queda em relação exercício anterior, no qual a margem foi de 74,2%. Esta estabilidade é reflexo do cenário econômico da companhia, a qual detém a sua receita definida em contratos de longo prazo e que anualmente são atualizados de acordo com a inflação.

Lucro Líquido

Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 86 milhões, representando um aumento de 11% (R\$ 8 milhões) quando comparado com o exercício anterior (R\$ 77 milhões em 2021). Este aumento está em linha com o aumento de receita no período.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia, e o que determina o artigo 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, em 2022 foi destinado 50% do lucro líquido (R\$ 42,7 milhões) do exercício aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Além disso, durante o ano de 2022 a companhia efetuou o pagamento da sua reserva de lucros referente a exercícios anteriores no montante de R\$ 38,5 milhões.

Indicadores econômico-financeiros

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021
Liquidez Geral	0,33	0,27
Liquidez Corrente	0,33	0,33
Grau de Imobilização	5,65	6,78
Endividamento Total s/Patrimônio Líquido	6,94	7,9
Endividamento Total s/Ativo Total	0,87	0,89
Endividamento de Longo Prazo	0,56	0,7

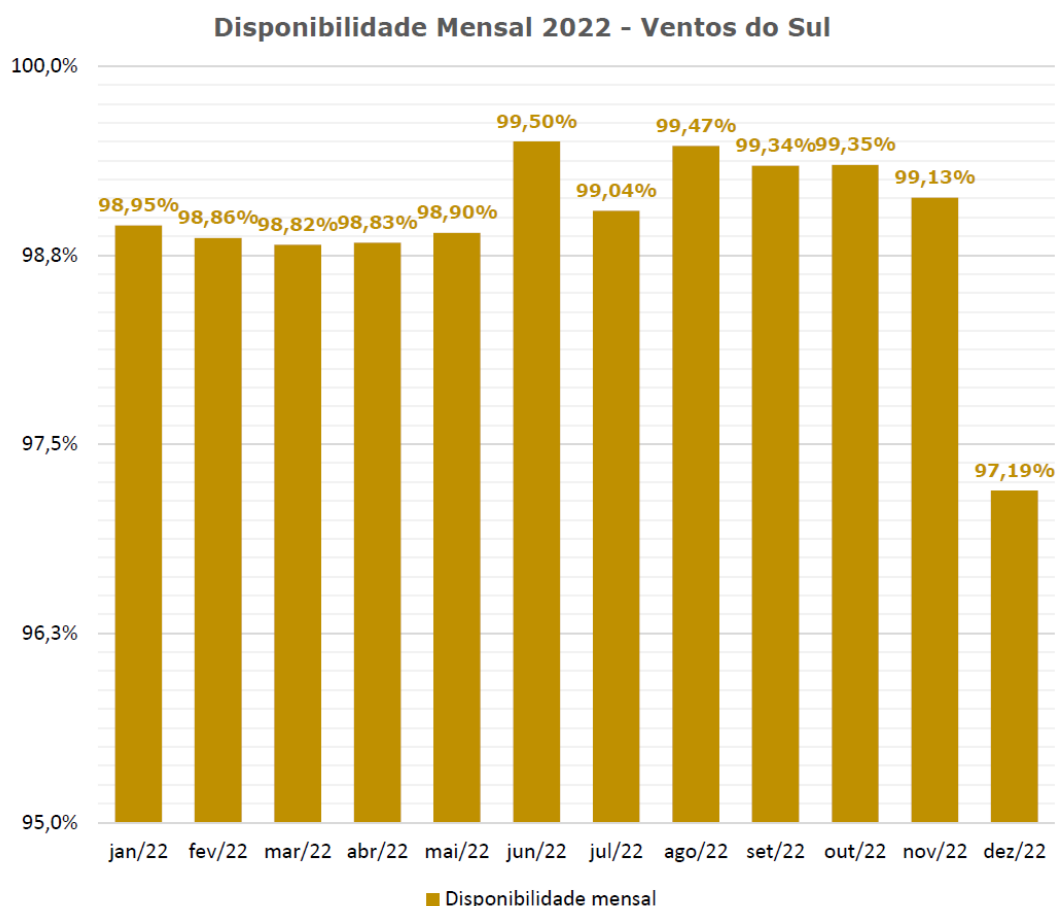
5. Investimentos

A Companhia investe exclusivamente na geração de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar conhecimento e dedicação específica sobre a atividade, permitindo uma gestão voltada para a redução dos riscos e despesas relacionadas às atividades de operação e manutenção do empreendimento.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro se encontra maduro e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do seu robusto desempenho em operações e do retorno sobre os investimentos realizados.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima e garantida de 97 % dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantêm ou superam, após 15 anos de produção, a mesma disponibilidade mensal do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, com média anual 98,94%. Desta forma não se faz necessário reinvestimento em capex.



6. Gestão corporativa

Gestão operacional e administrativa

A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição.

A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é realizada por empresas especializadas nas respectivas áreas contando com a Enerfin do Brasil Sociedade e Energia Ltda. ("Enerfin"), que atua como gerenciadora de todo o processo, mediante contrato de gestão firmado entre as partes e, portanto, não possui colaboradores diretos.

Gestão Integrada – meio ambiente, saúde e segurança do trabalho

A gestão integrada da Ventos do Sul Energia S.A. é realizada pela “Enerfín”, mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfín é certificada pela NBR ISSO 14001:2015 e pela NBR ISSO 45.000, de acordo com a sua política que tem como compromisso contribuir para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfín.

Quanto ao licenciamento ambiental, a empresa também passou por vistorias rotineiras do órgão ambiental o qual verificou a regularidade das condições previstas na licença de operação, tanto do parque quanto da linha de transmissão 230 Kv que conecta o mesmo ao sistema interligado nacional.

Existem canais de informação e comunicação adequados para que a política de gestão integrada seja conhecida, compreendida e aplicada por todas as pessoas dedicadas à organização, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos aplicáveis às atividades da Companhia.

Projetos sociais, culturais, esportivos e de incentivos à saúde

No exercício 2022, a Companhia operou pelo regime de apuração do lucro real e destinou cerca de R\$ 1,2 milhões, oriundos da sua parcela dedutível de imposto de renda a pagar, para apoiar projetos sociais formalmente reconhecidos pelas respectivas leis de incentivo à saúde, ao idoso, à cultura, à criança e ao esporte.

A Companhia apoia o fomento do turismo local bem como promove e participa da divulgação de informações do Centro de Visitação e Difusão de Informações, um espaço aberto ao público em geral, dedicado à divulgação de informações relacionadas ao Complexo Eólico, sua tecnologia empregada para geração de energia renovável, a preservação do meio ambiente e o potencial turístico do município de Osório, associado aos seus valores culturais, belezas naturais e esportes praticados na região.

Trata-se de um espaço de convivência social que visa contribuir com o desenvolvimento regional da infraestrutura social, ambiental e cultural do município de Osório, tornando-o uma referência de ecologia e turismo de parada obrigatória nas viagens ao litoral do Rio Grande do Sul. O empreendimento está localizado às margens da Rodovia BR-101, junto à entrada principal do Complexo Eólico de Osório, próximo ao Parque de Rodeios Jorge Dariva.

7. Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022 que substitui a Instrução CVM nº 381, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 10/05/2022, com vigência de 12 (12) meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 262.700 mil, referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Neste sentido, a Deloitte emite anualmente em seu relatório de auditoria uma declaração de independência na qual declaram que, conforme previsto pelas regras de independência adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, não existe qualquer relação entre a Deloitte, suas associadas e afiliadas e a Companhia que possam afetar a independência.

8. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria.

Também cabe registrar um especial reconhecimento à dedicação dos profissionais internos e externos, particularmente aos interlocutores das sociedades participantes, agentes da Eletrobras, BNDES e aos proprietários rurais parceiros, colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, representantes das comunidades de Osório e Porto Alegre, demais agentes do setor elétrico, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia no exercício de 2022.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Notas explicativas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.339	11.995	Fornecedores		1.346	1.370
Contas a receber de clientes	6	41.376	31.621	Contas a pagar - Eletrobras	11	70.336	39.047
Despesas antecipadas		820	712	Debêntures	12	54.671	50.535
Impostos a recuperar	7	255	210	Impostos a recolher		1.905	1.266
Outros Créditos		4	45	Provisão IRPJ e CSLL		2.687	752
Total		58.794	44.583	Partes relacionadas	22.1	1.335	1.572
				Dividendos a pagar	22.2	42.760	38.529
				Outras obrigações		817	905
				Provisões		650	650
				Arrendamentos	14	307	363
				Total		176.814	134.989
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	36.044	34.155	Debêntures	12	116.956	167.838
Impostos a recuperar	7	-	1.169	Arrendamentos	14	3.802	3.074
Outros Créditos		83	80	Provisão para Desmobilização	10.3	5.506	7.530
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.885	1.045	Provisão para riscos tributários	15	1.534	-
Arrendamentos	14	3.630	3.083	Total		127.798	178.442
Investimentos		57	57				
Imobilizado	10	248.036	268.945	Total do Passivo		304.612	313.431
Total		289.735	308.534				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	964	964
				Reservas de lucro	16	42.953	38.722
				Total do patrimônio líquido		43.917	39.686
TOTAL DO ATIVO		348.529	353.117	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		348.529	353.117

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	230.960	210.322
Custo da Operação	19	(81.793)	(72.456)
LUCRO BRUTO		149.167	137.866
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(7.840)	(6.350)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	6.036	4.301
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		147.363	135.817
Receitas financeiras	20	7.993	1.595
Despesas financeiras	20	(25.840)	(20.676)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		129.516	116.736
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Corrente		(44.836)	(40.014)
Diferido		840	336
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		85.520	77.058
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro Líquido Básico por ação	21	0,61	0,55
Lucro Líquido Diluído por ação	21	0,61	0,55

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.520	77.058
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>85.520</u>	<u>77.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucro			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		964	193	32.890	-	34.047
Lucro líquido do exercício		-	-	-	77.058	77.058
Destinação de Dividendos		-	-	-	(38.529)	(38.529)
Distribuição de Dividendos		-	-	(32.890)	-	(32.890)
Constituição de reserva especial		-	-	38.529	(38.529)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		964	193	38.529	-	39.686
Lucro líquido do exercício		-	-	-	85.520	85.520
Destinação de Dividendos	16.c	-	-	-	(42.760)	(42.760)
Distribuição de Dividendos	16.c	-	-	(38.529)	-	(38.529)
Constituição de reserva especial		-	-	42.760	(42.760)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		964	193	42.760	(0)	43.917

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		85.520	77.058
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	43.996	39.678
Crédito de Pis e Cofins	10	(1.438)	(1.437)
Juros sobre a dívida	20	23.801	19.196
Despesas Financeiras com Desmobilização	20	302	210
Despesas Finan. Arrendamento	20	445	374
Depreciação Arrendamento	14	184	148
Amortização Desmobilização	10	385	548
Depreciação e amortização	10	19.842	19.604
Provisão para riscos tributários	15	1.534	-
		174.571	155.379
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(9.755)	(13.234)
Créditos diversos		37	35
Impostos a recuperar		1.124	4.816
Despesas antecipadas		(108)	32
Fornecedores		(24)	236
Contas a pagar - Eletrobras		31.289	20.540
Impostos a recolher		(5.005)	(7.212)
Partes Relacionadas		(237)	(3.106)
Outras obrigações		(87)	405
Caixa gerado pelas atividades operacionais		191.805	157.891
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(37.257)	(35.317)
Pagamento de juros	12	(19.883)	(10.665)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		134.665	111.909
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(206)	(463)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(206)	(463)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento	14	(504)	(428)
Pagamento de debentures	12	(51.203)	(48.060)
Comissionamento	12.2	539	539
Pagamento de dividendos	16	(77.058)	(65.781)
Aplicações financeiras vinculadas		(1.889)	(7.961)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(130.115)	(121.691)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.344	(10.245)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	11.995	22.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	16.339	11.995

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
RECEITAS	260.632	236.299
Vendas de energia	254.596	231.998
Outras receitas	6.036	4.301
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	66.888	56.158
Custos da Operação	59.316	50.113
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.572	6.045
VALOR ADICIONADO BRUTO	193.744	180.141
Depreciação e Amortização	20.410	20.299
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	173.334	159.842
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.993	1.595
Receitas financeiras	7.993	1.595
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	181.327	161.437
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	181.327	161.437
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	67.632	61.354
Federais	67.632	61.354
REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS DE TERCEIROS	28.175	23.025
Juros	25.840	20.676
Aluguéis	2.335	2.349
REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS PROPRIOS	85.520	77.058
Dividendos	42.760	38.529
Lucro retido	42.760	38.529
	181.327	161.437

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfin Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfin Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfin Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	<u>140.964.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 2879/2020 é válido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 15 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2022), a geração média anual equivale a 354 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$118.020 em 2022 (R\$90.406 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do contas a pagar Eletrobrás conforme descrito na nota explicativa nº 11 e o fluxo de pagamento de debêntures descrito na nota explicativa nº12.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2023.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “Contas a pagar - Eletrobras” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

O valor registrado na rubrica “Contas a pagar - Eletrobras” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, debêntures e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.14. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.15. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

2.16. Segmento Operacional

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração de energia elétrica gerada a partir de fonte renovável eólica, por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia.

2.17. Contratos de arrendamento ("leasing")

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigência:

(I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.

(II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.

(III) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.

(IV) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.

(V) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

(VI) Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2);-Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture.

b) Pronunciamentos já emitidos, entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

(II) Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

(III) Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido

(IV) Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NA ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

4.1.5. Provisão para riscos tributários

A provisão é realizada de acordo com avaliação da companhia, suportada pelos seus advogados, para causas consideradas como perda provável. Conforme nota explicativa nº 15 (R\$ 1.534 em 2022).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Saldo de caixa e bancos	551	61
Aplicações financeiras	15.788	11.934
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	16.339	11.995

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2022	2021
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	103 % do CDI a.a.	35	31
Banco Itaú	ITAU SOBERANO RF	Indefinido	99,81% do CDI a.a.	15.753	11.903
				<u>15.788</u>	<u>11.934</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás.

	2022	2021
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	<u>41.376</u>	<u>31.621</u>

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
IR a compensar	160	1.283
CSLL a compensar	95	96
	<u>255</u>	<u>1.378</u>
Circulante	255	210
Não Circulante	-	1.169
	<u>255</u>	<u>1.379</u>

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar. Em 2022 o valor de R\$1.169, referente IRPJ foi restituído. Essa restituição refere-se a pedido de PER/DCOMP de 2012 gerada por base negativa de IR.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2022	2021
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	106,87 do CDI % a.a.	36.044	34.155

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	2022	2021
Resultado antes dos tributos	129.516	116.736
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(44.035)	(39.690)
Outras diferenças permanentes líquidas	39	12
Imposto de renda e contribuição social	(43.996)	(39.678)
Corrente	(44.836)	(40.014)
Diferido	840	336
Total	(43.996)	(39.678)
Alíquota efetiva	(33,97%)	(33,99%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Provisão IR e CS Diferido	2022			2021		
	Provisionado	Realizado	Saldo	Provisionado	Realizado	Saldo
IRPJ Diferido	1.481	(95)	1.386	841	(73)	768
CSLL Diferido	533	(34)	499	303	(26)	277
Total	2.014	(129)	1.885	1.144	(99)	1.045

Expectativa realização do ativo diferido

2023	364
Acima 2024	1.521
Total	1.885

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		2022			2021
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	896	(804)	92	70
Máquinas e equipamentos	10%	2.025	(1.148)	877	920
Móveis e utensílios	10%	823	(778)	45	72
Instalações	10%	300	(202)	98	123
Veículos	20%	129	(129)	-	13
Operação do sistema:					
Terreno		43	-	43	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.831	(47.612)	37.219	39.934
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(393.002)	206.603	222.042
Desmobilização		4.551	(1.492)	3.059	5.771
		<u>693.203</u>	<u>(445.167)</u>	<u>248.036</u>	<u>268.945</u>
		Edificações, obras civis e benfeitorias e outros	Máquinas e equipamentos	Total	
Saldo em 31/12/2020		<u>43.603</u>	<u>246.047</u>	<u>289.650</u>	
Adições		463	-	463	
Desmobilização		-	(2.453)	(2.453)	
Outros (crédito PIS/COFINS)		-	1.437	1.437	
Amortização Desmobilização		-	(548)	(548)	
Depreciação do exercício		<u>(2.934)</u>	<u>(16.670)</u>	<u>(19.604)</u>	
Saldo em 31/12/2021		<u>41.132</u>	<u>227.813</u>	<u>268.945</u>	
Adições		206	-	206	
Baixa Desmobilização		-	(2.326)	(2.326)	
Outros (crédito PIS/COFINS)		-	1.438	1.438	
Amortização Desmobilização		-	(385)	(385)	
Depreciação do exercício		<u>(2.964)</u>	<u>(16.878)</u>	<u>(19.842)</u>	
Saldo em 31/12/2022		38.374	209.662	248.036	

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R\$209.662 (R\$227.813 em 2021) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,94% em 2022, 99,38% em 2021, indicam que as máquinas mantêm ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmobilização e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro 2022, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R\$5.506 (R\$7.530 em 2021).

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.773
Despesa Financeira	210
Atualização de Provisão	(2.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.530
Despesa Financeira	302
Atualização de Provisão	(2.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.506

11. CONTAS A PAGAR – ELETROBRÁS

	2022	2021
Contas a pagar – Eletrobras	<u>70.336</u>	<u>39.047</u>

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2022 foi efetivada a sétima amortização de debentures.

Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures							
Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R\$227.000	(539)	115.238	683	115.382
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R\$98.000	(943)	57.108	80	56.245
			<u>R\$325.000</u>	<u>(1.482)</u>	<u>172.346</u>	<u>763</u>	<u>171.627</u>
					2022	2021	
Circulante					54.671	50.535	
Não Circulante					<u>116.956</u>	<u>167.838</u>	
Total Debêntures					<u>171.627</u>	<u>218.373</u>	

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2024	76.407
2025	40.549
Total Passivo não Circulante	116.956

12.2. Muta  o das debêntures

Mapa Movimentac  o de Debêntures

Saldo final - 31/12/2020	257.363
Juros Incorridos	19.196
Amortiza��o de deb��ntures	(48.060)
Amortiza��o de juros	(10.665)
Custo de Capta��o a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2021	218.373
Juros Incorridos	23.801
Amortiza��o de deb��ntures	(51.203)
Amortiza��o de juros	(19.883)
Custo de Capta��o a apropriar	539
Saldo final - 31/12/2022	171.627

12.3. Cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manuten  o de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condi  es restritivas a serem observadas, tais como:

- transforma  o da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por a  es.
- celebra  o de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas.
- distribui  o de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por A  es, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obriga  es pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (  ndice de Cobertura do Serviço da D  vida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).

- iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.
- v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2022 a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2022	2021
Dívida (a)	171.627	218.373
Caixa, Equivalentes e Aplicações Vinculadas (b)	52.383	46.150
Dívida líquida	<u>119.244</u>	<u>172.223</u>
Patrimônio líquido (c)	43.917	39.686
Índice de endividamento líquido	2,72	4,34

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

(b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	2022	2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	16.339	11.995
Aplicações financeiras vinculadas	2	36.044	34.155
<u>Custo Amortizado</u>		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia		41.376	31.621
Total dos ativos financeiros		93.759	77.771
Passivos Financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		1.346	1.370
Contas a pagar - Eletrobras		70.336	39.047
Partes Relacionadas e dividendos		44.095	40.101
Debentures		171.627	218.373
Outras obrigações		817	905
Total dos passivos financeiros		288.221	299.796

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2022
<u>Passivos</u>					
Fornecedores	1.346	-	-	-	1.346
Contas a pagar - Eletrobras	35.168	35.168	-	-	70.336
Partes Relacionadas e dividendos	44.095	-	-	-	44.095
Outras obrigações	817	-	-	-	817
Debentures	35.543	35.543	142.172	-	213.258
	<u>116.969</u>	<u>70.711</u>	<u>142.172</u>	<u>-</u>	<u>329.852</u>

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	(Possível) Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	51.832
	Taxa anual estimada do CDI para 2023(Provável)	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda	(3.206)
Alta do CDI	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 1	115.382
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%(Provável)	13,12%
	Efeito anual nas Debêntures	6,19%
	Perda	(7.136)
Alta do IPCA	Passivo Financeiro	
	Debêntures Série 2	56.245
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%(Provável)	8,35%
	Efeito anual nas Debêntures	2,55%
	Perda	(1.434)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

		2022		2021
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos				
Contrato de Locação	Até 2040	1.016	(143)	873
Contrato de Locação	Até 2041	1.030	(143)	887
Contrato de Locação	Até 2042	1.298	(172)	1.126
Contrato de Locação	Até 2045	859	(115)	744
		<u>4.203</u>	<u>(573)</u>	<u>3.630</u>
				<u>3.083</u>

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	<u>2.722</u>
Adição	508
Depreciação	(147)
Saldo em 31/12/2021	<u>3.083</u>
Adição	731
Depreciação	(184)
Saldo em 31/12/2022	<u>3.630</u>

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	374	374
Transferências	757	(757)	-
Amortizações	(428)	-	(428)
Saldo em 31/12/2021	363	3.074	3.437
Adição	-	731	731
Juros	-	445	445
Transferências	448	(448)	-
Amortizações	(504)	-	(504)
Saldo em 31/12/2022	307	3.802	4.109

c) PIS e COFINS a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de dezembro 2022.

Passivo “leasing” saldo final	2022
Conforme apresentado IFRS 16	4.109
Com efeito da inflação	4.343
	5,69%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.630
Com efeito da inflação	3.837
	5,69%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	445
Com efeito da inflação	471
	5,69%

Passivo "leasing" saldo final	2022
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	184
Com efeito da inflação	194
	<u>5,69%</u>

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	2022	2021
Despesa Arrendamentos	<u>2.067</u>	<u>2.045</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia no ano de 2012 efetuou pagamento de IR e CSLL com créditos de impostos. Foi notificada em 2017 pela Receita Federal que não homologou a compensação declarada alegando que a receita correspondente as retenções na fonte que não foram oferecidas a tributação. Em 2022 foi negado o provimento a impugnação e mantido a notificação de lançamento. A administração da Companhia, suportada na avaliação de perda provável dos seus assessores jurídicos, efetuou o registro de provisão no montante de R\$ 1.534 em 31 de dezembro de 2022.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial – Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$42.760 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Distribuição de lucro:

A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. A Companhia apurou o lucro líquido de R\$85.520, sendo que R\$42.760 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros. Em 2022 a companhia pagou R\$77.058 de dividendos (Em 2021 o montante pago foi de R\$65.781).

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	85.520	77.058
Reserva especial de lucros	42.760	38.529
Destinação de dividendos	42.760	38.529
	<u>85.520</u>	<u>77.058</u>
Distribuição de dividendos	38.529	32.890

17. RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
<u>Receita Bruta</u>		
Venda de energia	254.596	231.998
Impostos sobre vendas	(23.636)	(21.676)
Receita líquida	<u>230.960</u>	<u>210.322</u>

18. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

19. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO

	2022	2021
<u>Despesa Classificada por função</u>		
Custo da Operação	81.793	72.456
Gerais e Administrativas	7.840	6.350
Outras receitas operacionais líquidas	(6.036)	(4.301)
Total	<u>83.597</u>	<u>74.505</u>

	2022	2021
<u>Despesa Classificada por natureza</u>		
Custo de Operação e Manutenção	46.497	38.757
Encargos Uso do Sistema e Produção	12.819	11.355
Arrendamentos	2.067	2.045
Depreciação	20.410	20.300
Despesa com Seguros	1.528	1.440
Despesa com Serviços Profissionais	2.575	2.431
Outras Despesas Administrativas	3.737	2.479
Outras receitas operacionais líquidas	(6.036)	(4.301)
Total	<u>83.597</u>	<u>74.505</u>

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	2022	2021
Receitas aplicações financeiras	7.961	1.552
Outras Despesas (Receitas)	32	43
Receitas financeiras	<u>7.993</u>	<u>1.595</u>
Juros sobre a dívida	(23.801)	(19.196)
Comissionamento	(539)	(539)
Despesa Financeira com Desmobilização	(302)	(210)
Despesas Financeira com Passivo de Arrendamento	(445)	(374)
Outros	(753)	(357)
Despesas financeiras	<u>(25.840)</u>	<u>(20.676)</u>

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 -Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	2022	2021
<u>Numerador</u>		
Lucro disponível aos acionistas	85.520	77.058
<u>Denominador</u>		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação – básico	<u>0,61</u>	<u>0,55</u>

Resultado básico por ação	2022	2021
Resultado diluído por ação		
<u>Numerador</u>		
Lucro disponível aos acionistas	85.520	77.058
<u>Denominador</u>		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	<u>0,61</u>	<u>0,55</u>

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia possui contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2022	2021
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda	151	132
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	1.184	1.440
Totais	<u>1.335</u>	<u>1.572</u>
Aquisição de Serviços		
	2022	2021
Resultado		
Custo da Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda	30.465	23.758
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	13.623	12.816
Elecnor do Brasil Ltda	1.898	1.691
Totais	<u>45.986</u>	<u>38.266</u>

- a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Dividendos

A Companhia destinou em 2022 o valor de R\$42.760, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2022. O total de dividendos pagos no período foi de R\$77.058. Abaixo segue demonstrado o saldo de dividendos a pagar em 2023:

	Dividendos a pagar para Acionistas	
	2022	2021
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	4.276	3.853
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - G	4.276	3.853
Rio Sul 1 Energia Ltda	34.208	30.823
Totais	<u>42.760</u>	<u>38.529</u>

22.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.

	2022	2021
Créditos de PIS e COFINS	6.036	4.286
Venda de Sucata	-	15
Total	<u>6.036</u>	<u>4.301</u>

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2022
Encargos de Transmissão	2.257
Arrendamentos	162
Wobben Windpower	<u>2.681</u>
Total	<u>5.100</u>

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.